

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 20 de agosto de 2021



Nesta edição:

- **Senado Federal debate Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva dos entes federativos**

## **Senado Federal debate Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva dos entes federativos**

O Plenário do Senado Federal realizou Sessão de Debates Temáticos sobre a Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva dos entes federativos, com a presença de representantes dos três níveis federativos. A reunião faz parte da agenda do Senado a favor da Reforma Tributária Ampla, por meio da PEC 110/2019 (Reforma Tributária Ampla).

**Durante a reunião o relator, sen. Roberto Rocha (PSDB/MA), afirmou que apresentará na próxima semana o seu parecer à PEC 110/2019.** Adiantou que pretende trazer o modelo do IVA-dual. Rocha se colocou à disposição dos representantes da União, Estados e Municípios para debater posteriormente os impactos na arrecadação dos entes.

Seguem as principais manifestações dos convidados:

- **José Barroso Tostes Neto, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil**  
Ponderou que o sistema tributário brasileiro sobre o consumo é complexo, gerando um custo adicional na cadeia, e, para isso, o Governo Federal encaminhou ao Congresso o **PL 3887/2021 (CBS)**, que visa unificar tributos sobre consumo de competência da União.  
O projeto extingue diversos regimes de apuração diferenciada, terá incidência ampla, com cálculo por fora e extingue a cumulatividade. Ressaltou que o texto põe fim a atual fonte de litígios dos tributos sobre o consumo de âmbito federal.  
Afirmou que a CBS é uma fase preparatória para que seja integrada ao IVA-dual que será proposto na PEC 110. Sobre a Reforma do IPI, afirmou que deverá ser feita em duas etapas: i) por atos administrativos, com a equalização de alíquotas, sendo estabelecidas alíquotas diferenciadas apenas para os produtos prejudiciais à saúde, que seriam abarcados pelo Imposto Seletivo. E uma alíquota modal para os demais produtos; e ii) posteriormente, mediante extinção do IPI e criação do Imposto Seletivo, visando tributar aqueles produtos prejudiciais à saúde.
- **Décio Padilha, Secretário de Fazenda de Pernambuco e Representante do COMSEFAZ**  
Trouxe um panorama dos debates sobre a Reforma Tributária.  
Destacou que a Emenda 192 da PEC 45 reflete o posicionamento dos Estados sobre Reforma Tributária. O texto traz um IVA-Dual e um Imposto Seletivo. Considera a proposta é positiva e traz vantagens como: legislação única; simplificação o sistema; fim da Guerra Fiscal, com a tributação no destino; combate à regressividade; permanência da Zona Franca de Manaus; manutenção da carga tributária atual; entre outros.  
Trouxe as premissas necessárias do IVA a ser criado como base tributária ampla, desoneração da exportação, legislação e alíquota uniforme, incidência por fora, não cumulatividade, eliminação dos incentivos fiscais.  
Reforçou que a mudança da CBS exige mudança constitucional.

- **Paulo Ziukoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)**  
Criticou a tentativa reiterada da União e dos Estados de tentarem tirar a arrecadação dos municípios. Apresentou os avanços com as recentes alterações do ISS, como a mudança da legislação da origem para o destino, entre outros que ajudaram na elevação da arrecadação do tributo. Pontuou que duas capitais brasileiras correspondem a 34% da arrecadação do ISS. Afirmou a preferência na reforma única em relação à reforma fragmentada, mas que atuará em todas. A CNM defende que as receitas municipais sejam respeitadas – ISS, parcela do ICMS e outras contribuições. Para ele o modelo de partilha atual precisa ser revisto e que hoje só busca concentrar as receitas na União e nos Estados.
- **Edvaldo Nogueira, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP)**  
Afirmou que a PEC 110 beneficia apenas União e Estados. Defendeu que a reforma seja de forma fatiada: primeiro, fazer a reforma da União; depois, a dos Estados; e em seguida dos Municípios. Reforçou que a Emenda 144 à PEC 45/2019 (*“Simplifica já”*) reflete o posicionamento da instituição. Defendeu a tributação sobre o destino, bem como a criação de uma guia nacional unificada.
- **Paulo Guedes, Ministro da Economia**  
Colocou-se à disposição do sen. Roberto Rocha para dialogar sobre a Reforma Tributária. Para ele, tributação brasileira precisa ser revista, com a reformulação do próprio pacto federativo. Afirmou ser municipalista e que optou por fazer a reforma ampla para não afetar os Municípios. Segundo seus cálculos, a alíquota única do IBS deveria ser de 30% para manter a arrecadação. Defendeu uma reforma ‘de cima pra baixo’: iniciando pela União, fazendo um IVA federal; em seguida os Estados, que deveriam unificar e alterar a legislação do ICMS; e, por fim, os Municípios fazerem as alterações necessárias. Defendeu o PL 2337 (Reforma do IR), sob o fundamento de que é necessário tributar lucros e dividendos e reduzir a tributação sobre a renda.

Na segunda-feira (23/08), às 15h, será realizada nova Sessão de Debates sobre a Reforma Tributária do Consumo sob a perspectiva dos setores econômicos.

Foram convidados representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Na sexta-feira (27), será realizada a última sessão de debates com a presença do assessor especial do Ministro da Economia, Isaias Coelho, e outros especialistas.



**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:  
[www.legisdata.cni.com.br](http://www.legisdata.cni.com.br)

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI  
| Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA